



1º Simulado

SEFAZ ES

Auditor Fiscal da
Receita Estadual

Pós-edital

Simulado Especial

Simulado – SEFAZ-ES – Auditor Fiscal da Receita Estadual

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do SEFAZ-ES;
- 2 – A prova contém **110 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do SEFAZ-ES.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-ES-26-06>

01 – A B C D E	23 – A B C D E	45 – A B C D E	067 – A B C D E	089 – A B C D E
02 – A B C D E	24 – A B C D E	46 – A B C D E	068 – A B C D E	090 – A B C D E
03 – A B C D E	25 – A B C D E	47 – A B C D E	069 – A B C D E	091 – A B C D E
04 – A B C D E	26 – A B C D E	48 – A B C D E	070 – A B C D E	092 – A B C D E
05 – A B C D E	27 – A B C D E	49 – A B C D E	071 – A B C D E	093 – A B C D E
06 – A B C D E	28 – A B C D E	50 – A B C D E	072 – A B C D E	094 – A B C D E
07 – A B C D E	29 – A B C D E	51 – A B C D E	073 – A B C D E	095 – A B C D E
08 – A B C D E	30 – A B C D E	52 – A B C D E	074 – A B C D E	096 – A B C D E
09 – A B C D E	31 – A B C D E	53 – A B C D E	075 – A B C D E	097 – A B C D E
10 – A B C D E	32 – A B C D E	54 – A B C D E	076 – A B C D E	098 – A B C D E
11 – A B C D E	33 – A B C D E	55 – A B C D E	077 – A B C D E	099 – A B C D E
12 – A B C D E	34 – A B C D E	56 – A B C D E	078 – A B C D E	100 – A B C D E
13 – A B C D E	35 – A B C D E	57 – A B C D E	079 – A B C D E	101 – A B C D E
14 – A B C D E	36 – A B C D E	58 – A B C D E	080 – A B C D E	102 – A B C D E
15 – A B C D E	37 – A B C D E	59 – A B C D E	081 – A B C D E	103 – A B C D E
16 – A B C D E	38 – A B C D E	60 – A B C D E	082 – A B C D E	104 – A B C D E
17 – A B C D E	39 – A B C D E	61 – A B C D E	083 – A B C D E	105 – A B C D E
18 – A B C D E	40 – A B C D E	62 – A B C D E	084 – A B C D E	106 – A B C D E
19 – A B C D E	41 – A B C D E	63 – A B C D E	085 – A B C D E	107 – A B C D E
20 – A B C D E	42 – A B C D E	64 – A B C D E	086 – A B C D E	108 – A B C D E
21 – A B C D E	43 – A B C D E	65 – A B C D E	087 – A B C D E	109 – A B C D E
22 – A B C D E	44 – A B C D E	66 – A B C D E	088 – A B C D E	110 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana e Luiz

TEXTO 1 - PLANEJAMENTO URBANO PODE COMBATER O SEDENTARISMO

Qual seria a melhor campanha para garantir a saúde da população? De vacinação, alimentação de qualidade, contra o fumo? Todas são importantes, mas o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental para resolver a equação. O motivo: as cidades têm que ser repensadas para estimular a atividade física, já que o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo.

Mesmo reconhecendo que, com frequência, é difícil vencer a inércia, não se pode afirmar que não se exercitar é uma escolha pessoal. Se as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro. Essa é a tese de Walker, que é comentarista político e ciclista, em seu livro recém-lançado: "A pílula milagrosa: por que um mundo sedentário está entendendo tudo errado").

Ele diz que cerca de 1,5 bilhão de pessoas no planeta estão pondo em risco sua saúde a longo prazo. Todo ano, estima-se que 5,3 milhões morram por questões relacionadas ao estilo de vida sedentário – o equivalente à população da Noruega. No Reino Unido, 80% das crianças se exercitam tão pouco que há um risco grande de terem comprometimento do sistema cardiovascular, ossos frágeis e outras doenças crônicas.

Há mais estatísticas no livro, mas a intenção não é fazer com que ninguém se sinta culpado. Seu objetivo é o oposto: mostrar que tais padrões podem ser quebrados e que nunca é tarde para começar a se movimentar. Principalmente, é necessário cobrar do poder público políticas urbanas que estimulem a atividade física. O título dá o mapa da mina: a pílula milagrosa se refere a uma pesquisa realizada na Dinamarca que, ao longo de 15 anos, acompanhou 30 mil pessoas. Aquelas que pedalavam indo e vindo do trabalho apresentaram 40% a menos de chances de morrer no período do estudo.

No mundo inteiro, houve um enorme declínio na movimentação natural, que foi sendo removida das nossas vidas – do controle remoto dos aparelhos de TV aos comandos elétricos dos carros, das escadas rolantes ao trabalho em regime de home office. Deveriam as políticas públicas municipais apostar em cidades com menos carros e mais ruas de pedestres e ciclovias; em mais parques e áreas de lazer dotadas de equipamentos – e, claro, em segurança para esses locais. Superar a inércia não seria tão complicado.

(Por Mariza Tavares. Disponível em <https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/2021/06/08/planejamento-urbano-pode-combater-o-sedentarismo.ghtml>. Adaptado)

01. O texto começa por uma sequência de perguntas cuja finalidade básica é

- a) testar os conhecimentos prévios do leitor, a fim de estimular seu interesse.
- b) direcionar a leitura do texto para um público específico.
- c) indicar o teor político do texto, que possui um caráter persuasivo.
- d) selecionar leitores que já tenham conhecimento sobre a temática.
- e) provocar uma reflexão no leitor, que possa ligá-lo à temática do texto.

02. A presença de dados estatísticos no texto tem a função de

- a) corroborar a tese defendida pelo autor do livro
- b) dar mais autoridade às informações prestadas no texto.
- c) demonstrar que atualmente as crianças estão mais propícias ao sedentarismo.
- d) indicar a preocupação de especialistas no assunto.
- e) evidenciar um ponto de vista diferente sobre o mesmo tema.

03. Assinale a opção que apresenta o conector que tem seu significado indicado incorretamente.

- a) "Todas são importantes, **mas** o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental" (1º parágrafo) / oposição
- b) "**Mesmo** reconhecendo que, com frequência, é difícil vencer a inércia, não se pode afirmar" (2º parágrafo) / proporcionalidade
- c) "as cidades têm que ser repensadas **para** estimular a atividade física" (1º parágrafo) / finalidade
- d) "80% das crianças se exercitam tão pouco **que** há um risco grande" (3º parágrafo) / consequência
- e) "**já que** o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo." (1º parágrafo) / causa

04. Assinale a opção que apresenta o termo cuja preposição é uma exigência de um termo anterior.

- a) "população da Noruega" (4º parágrafo)
- b) "período do estudo" (4º parágrafo)
- c) "saúde da população" (1º parágrafo)
- d) "comprometimento do sistema cardiovascular" (3º parágrafo)
- e) "ruas de pedestres" (5º parágrafo)

05. Assinale a alternativa em que o conector QUE exerça a mesma função identificada em "que é comentarista político e ciclista" (2º parágrafo).

- a) "é necessário cobrar do poder público políticas urbanas que estimulem a atividade física" (4º parágrafo)
- b) "já que o sedentarismo é, atualmente, a quarta causa de mortes no mundo" (1º parágrafo)
- c) "Ele diz que cerca de 1.5 bilhão de pessoas no planeta" (3º parágrafo)
- d) "o escritor Peter Walker afirma que o planejamento urbano é fundamental para resolver a equação" (1º parágrafo)
- e) "estima-se que 5.3 milhões morram por questões relacionadas ao estilo de vida sedentário"

06. Assinale a opção que indica a frase que se encontra na ordem direta.

- a) "é difícil vencer a inércia"
- b) "No mundo inteiro, houve um enorme declínio na movimentação natural"
- c) "Superar a inércia não seria tão complicado"
- d) "que, ao longo de 15 anos, acompanhou 30 mil pessoas"
- e) Deveriam as políticas públicas municipais apostar em cidades com menos carros

07. "Se as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro"

A forma de reescrever esse período do texto 1 que indica incorreção ou modificação de seu sentido original é:

- a) Caso as cidades fossem mais convidativas, talvez o cenário fosse outro.
- b) Quem sabe o cenário fosse outro se as cidades fossem mais convidativas.
- c) Talvez a situação fosse outra se as cidades fossem mais convidativas.
- d) Caso as cidades fossem mais convidativas, talvez o quadro fosse outro.
- e) Talvez o cenário fosse outro enquanto as cidades fossem mais convidativas.

08. Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Em relação à obrigação de ser feliz, ama-se os maus enquanto os bons esperam o encontro que os liberte da solidão".

- a) a falta de concordância na forma verbal "ama-se".
- b) a ortografia de "maus".
- c) a colocação pronominal em "que os liberte"
- d) uso inadequado do acento grave em "à obrigação".
- e) O emprego do conectivo "enquanto".

TEXTO 2



09. A charge acima pode ser a ilustração de:

- a) tecnologia ultrapassada
- b) publicidade inadequada
- c) sedentarismo tecnológico
- d) consumismo exagerado
- e) modernidade líquida

10. No texto 2, o trecho “o novo celular da moda” exerce a função de

- a) objeto direto
- b) complemento nominal
- c) sujeito
- d) adjunto adverbial
- e) objeto indireto

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Jhone Zini

11. Um capital aplicado a juros simples produz o montante de R\$ 6.480,00 em quatro meses e, em sete meses, esse montante passa a valer R\$ 6.840,00. Nessas condições, a taxa de juros aplicada a esse capital é de:

- a) 2 % a.m.;
- b) 2,25% a.m.;
- c) 2,36% a.m.;
- d) 2,44% a.m.;
- e) 2,50% a.m..

12. Um capital de R\$ 3. 993,00 é capitalizado sob regime de juros compostos, ao longo de 6 meses, à taxa efetiva de 10% ao mês, produzindo um montante M.

Para que R\$ 3.000,00 produzam o mesmo montante M, ele deve ser capitalizado nessas mesmas condições durante um período igual a:

- a) 6 meses;
- b) 7 meses;
- c) 8 meses;
- d) 9 meses;
- e) 10 meses.

13. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 foi contratado e deverá ser quitado em 18 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira delas um mês após a data da contratação do financiamento. Foi adotado o Sistema de Amortizações Constantes (SAC.) a uma taxa de juros efetiva de 2,0% ao mês.

A diferença entre os valores de duas prestações consecutivas quaisquer é sempre igual a:

- a) R\$ 300,00;
- b) R\$ 400,00;
- c) R\$ 450,00
- d) R\$ 500,00
- e) R\$ 550,00

14. O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) é um indicador da variação dos preços calculado pela Fundação Getulio Vargas e divulgado mensalmente. O IGP-M costuma ser utilizado como referência para o cálculo de reajuste dos contratos de aluguel de imóveis.

O contrato de aluguel de Ivo prevê reajustes anuais com base no IGP-M acumulado nesse período. Após um ano de contrato, o valor acumulado desse índice foi

37,8%.

Se, no mesmo período, a inflação acumulada foi de 6%, então o aumento do aluguel, descontada a inflação, foi de:

- a) 32%
- b) 31,5%
- c) 30%
- d) 29,7%
- e) 28%

15. Considere a sentença: "Se Bruno sabe nadar, então gosta de rio". Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- a) Se Bruno gosta de rio, então sabe nadar;
- b) Se Bruno não gosta de rio, então não sabe nadar;
- c) Se Bruno não sabe nadar, então não gosta de rio;
- d) Bruno sabe nadar e gosta de rio;
- e) Bruno sabe nadar ou não gosta de rio.

16. A negação lógica da sentença "André é baiano ou torce para o Flamengo" é:

- a) André não é baiano ou não torce para o flamengo;
- b) André é baiano ou não torce para o flamengo;
- c) Se André é baiano, então torce para o flamengo;
- d) André não é baiano e não torce para o flamengo;
- e) Se André torce para o Flamengo, então não é baiano.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

17. Determinada sociedade limitada possui diversos tipos de negócios jurídicos assumindo muitas obrigações, além disso, trata-se de uma sociedade familiar em que os sócios são os próprios administradores e parentes uns dos outros. Um determinado credor dessa sociedade ficou insatisfeito com o atraso no pagamento da sociedade, percebeu que a própria sociedade não aparente possuir bens que possam sanar essa dívida. Diante dessa situação esse credor procura pesquisar se seria possível alcançar os bens dos sócios para pagar essa dívida. No caso em tela, e no que tange a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, marque a questão correta:

- a) O patrimônio particular dos sócios e dos administradores da sociedade poderá ser atingido caso se configure abuso da personalidade jurídica, caracterizada por desvio de finalidade, inadimplemento obrigacional ou confusão patrimonial.
- b) O patrimônio particular dos sócios e dos administradores dessa sociedade poderá ser atingido caso o juiz, de ofício, determine a extensão dos efeitos das relações obrigacionais da sociedade não apenas aos administradores da empresa, mas também aos demais sócios.
- c) O patrimônio particular dos sócios da sociedade limitada poderá ser atingido em caso de abuso da personalidade, que ocorre quando há desvio de finalidade ou confusão patrimonial, se o juiz decidir pela desconsideração a requerimento da parte ou do Ministério Público.
- d) O patrimônio particular dos sócios só será atingido em virtude de obrigações decorrentes de relações de consumo, ao passo que o patrimônio particular dos administradores da empresa poderá ser atingido em caso de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, por determinação, de ofício, do juiz.
- e) O patrimônio particular dos sócios poderá ser atingido por força da teoria da desconsideração da personalidade jurídica quando houver celebração de negócio jurídico simulado, fraude à execução ou desvio de finalidade. A confusão patrimonial e o inadimplemento obrigacional configuraram razão para atingir especificamente o patrimônio pessoal dos administradores.

18. José, Antônio e Pedro resolvem se juntar para montar uma sociedade em que a atividade será exercida apenas por Pedro que fará negócios buscando o lucro em seu nome individual e sob sua responsabilidade, de maneira que os outros sócios serão investidores e participarão apenas do resultado, para isso foi feito um contrato social. De acordo com o Código Civil sobre esse tipo de sociedade marque a opção correta:

- a) já que se trata de um tipo de sociedade não personificada, é vedado que se faça contrato social por escrito, aplicando-se aos sócios o que for acordado entre eles verbalmente.
- b) deve ser realizada através de escritura pública lavrada pelo tabelião de notas do lugar da sede, sob pena de a sociedade não adquirir personalidade jurídica;
- c) pode ser realizada através de escritura pública ou documento particular, e o ato de constituição deve ser arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas para que a sociedade adquira personalidade jurídica;
- d) é um tipo de sociedade em comum em que há dois tipos de sócios, o sócio ostensivo e o sócio participante e que ambos respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- e) independe de qualquer formalidade, podendo provar-se por todos os meios de direito; eventual inscrição do contrato em qualquer registro não lhe confere a natureza de pessoa jurídica.

19. Sobre sociedade limitada, analise as afirmativas a seguir.

- I. Pode a sociedade limitada adotar firma ou denominação, integradas pela palavra final "limitada" ou a sua abreviatura, sendo que a firma será composta com o nome de um ou mais sócios, desde que pessoas físicas, de modo indicativo da relação social e a denominação deve designar o objeto da sociedade, não sendo permitido nela figurar o nome de um ou mais sócios.
- II. As deliberações infringentes do contrato ou da lei tornam ilimitada a responsabilidade dos que expressamente as aprovaram, a lei prevê que o sócio poderá participar e votar a distância em reunião ou

em assembleia, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal.

III. A assembleia torna-se dispensável quando a maioria dos sócios decidir, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

Está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

20. Determinadas pessoas pretendem constituir uma sociedade anônima, nos termos da lei existente sobre esse assunto, marque a opção correta:

- a) um dos requisitos preliminares a serem cumpridos é a subscrição, pelo menos por 2 (duas) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto e a realização, como entrada, de 20% (vinte por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro;
- b) um dos requisitos preliminares para a constituição da companhia é o depósito, no Banco do Brasil S/A., ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro, esse requisito não se aplica às companhias para as quais a lei exige realização inicial de parte maior do capital social.
- c) A constituição de companhia por subscrição pública depende do prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários, e a subscrição somente poderá ser efetuada com a intermediação de instituição financeira.
- d) A constituição da companhia por subscrição particular do capital pode fazer-se por deliberação dos subscritores em assembleia-geral, mas não por escritura pública, considerando-se fundadores todos os subscritores.
- e) A incorporação de imóveis para formação do capital social exige escritura pública.

21. A respeito da Nota Promissória, um título de crédito utilizado no direito brasileiro, marque a opção incorreta:

- a) O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante tanto da aceitação como do pagamento da letra.
- b) O endossante pode proibir um novo endosso, e, neste caso, não garante o pagamento às pessoas a quem a letra for posteriormente endossada.
- c) O endosso deve ser puro e simples e qualquer condição a que ele seja subordinado considera-se como não escrita.
- d) O endosso parcial é nulo.
- e) O pagamento de uma letra pode ser garantido por aval, porém aval parcial é nulo.

22. De acordo com a previsão da lei de falências e recuperação que é a lei 11.101 de 2005 e suas posteriores alterações, analise os itens e marque a alternativa correta:

I - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime falimentar ou recuperacional.

II - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência;

III - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Estão corretas as alternativas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III

- e) Todas estão erradas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

23. O Estado do Espírito Santo, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou as condições de isenção de IPVA. O Governador, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O Governador do Espírito Santo tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao Governador, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O Governador está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo Governador quanto pelos deputados estaduais.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o Governador deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei estadual é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo Governador e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

24. O Presidente da República, durante uma coletiva de imprensa, afirmou que umbandistas não podem ocupar cargos de alto escalão no Governo, porque não são tementes a Deus e podem trazer desgraça para o país, motivo pelo qual exonerou José, Ministro do Planejamento, perante todos os que estavam presentes e determinou que os Ministros fizessem o mesmo em relação aos seus subordinados. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

- a) O Presidente da República é inviolável civil e penalmente por suas opiniões e palavras, motivo pelo qual não poderá ser responsabilizado.
- b) O Presidente da República poderia ter sido preso em flagrante por racismo, crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão. Na situação, a Câmara dos Deputados, por decisão de dois terços de seus membros, poderia decidir pela concessão da liberdade ao Chefe do Executivo.
- c) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não poderia ser responsabilizado pelo ato, que é estranho ao exercício de suas atribuições.
- d) A instauração de inquérito e a de processo contra o Presidente da República dependeriam da autorização da Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, após autorização da Câmara dos Deputados, processar e julgar o Presidente da República pelo crime praticado. Após instauração do processo, o Presidente deve ser afastado do cargo por até 180 dias.

25. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.

c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.

d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.

e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

26. A respeito da ordem social, conforme definição expressa da Constituição Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Congresso Nacional, após clamor popular decorrente de um crime bárbaro, aprovou uma alteração ao Código Penal brasileiro, de forma a reduzir a maioridade penal para 16 anos de idade. O Presidente da República promulgou a lei e a encaminhou à publicação. Considerando o caso narrado, é possível afirmar que a redução da maioridade penal decorrente da lei é inconstitucional.
- b) A Constituição Federal assegura aos índios os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, abrangidas aquelas que eram possuídas pelos nativos em passado remoto.
- c) Cabe ao Poder Público, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, exigir estudo prévio de impacto ambiental.
- d) Pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social não podem contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- e) As entidades benéficas de assistência social que cumprem os requisitos estabelecidos por lei são isentas de contribuição para a seguridade social.

27. A respeito dos direitos políticos, indique a assertiva correta.

- a) A soberania popular será exercida mediante sufrágio universal e por voto direto, secreto, com valor igual para todos. O sufrágio ativo corresponde ao exercício dos direitos políticos e o sufrágio negativo corresponde à restrição de exercício dos direitos de votar e/ou de ser votado.
- b) João foi condenado por improbidade administrativa, de maneira que, como consequência, sofreu também a suspensão dos direitos políticos. Assim, no período da condenação, João não poderá concorrer a mandato eletivo e nem ocupar cargo ou emprego público, embora não esteja impedido de votar.
- c) A condenação criminal transitada em julgado provoca a suspensão dos direitos políticos enquanto perdurarem os efeitos da condenação. Entretanto, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, se a pena privativa de liberdade for convertida em restritiva de direitos, não haverá impedimento de exercício dos direitos políticos.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a sua publicação. Essa garantia constitucional é conhecida como anterioridade eleitoral e constitui garantia individual do eleitor, sendo por isso considerada cláusula pétrea que não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição Federal.
- e) A ação de impugnação de mandato eletivo deve tramitar em segredo de justiça e só poderá ser proposta perante a Justiça Federal no prazo de quinze dias contados da diplomação.

28. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo julgou o mérito de representação de inconstitucionalidade proposta contra lei do município de Vitória, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

29. João, Secretário de Estado, no bojo de recurso administrativo, está reapreciando ato administrativo discricionário exarado por Carlos, agente público que lhe é subordinado. Nesta situação, é correto afirmar que o ato praticado por Carlos:

- a) poderá ser anulado por João, por razões de conveniência e oportunidade.
- b) poderá ser cassado por João, no caso de norma superveniente tornando insustentável a situação jurídica sob o qual fora editado.
- c) não poderá sofrer controle de legalidade por João, na medida em que trata-se de ato discricionário.
- d) poderia ser convalidado por João, qualquer que seja o vício identificado.
- e) não poderá ser revogado por Carlos, por razões de conveniência e oportunidade, em virtude de encontrar-se sob reapreciação de autoridade superior.

30. A respeito da Organização administrativa brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, a exploração indireta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- b) As agências executivas não representam nova categoria de pessoa jurídica, mas uma qualificação que o poder público pode conferir a autarquias, fundações públicas e estatais que celebrarem contrato de gestão com o poder central.
- c) A partir da descentralização por colaboração, a lei cria ou autoriza a instituição de entidades da administração indireta.
- d) Os órgãos da administração direta possuem personalidade distinta do ente federativo.
- e) A Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo é exemplo de administração centralizada desconcentrada.

31. São hipóteses de inexigibilidade de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) contratação de serviços técnicos especializados de publicidade.
- b) objetos que devam ser contratados por meio de registro cadastral.
- c) locação de bem móvel.
- d) no caso de calamidade pública.
- e) aquisição de bem imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

32. Entre outras características, serviço público adequado é aquele que (a) é ofertado à maior cobertura possível e (b) é prestado com tarifas acessíveis, impedindo-se lucros exorbitantes ao prestador.

Os princípios que se relacionam diretamente com tais características são, respectivamente:

- a) universalidade e gratuidade.
- b) generalidade e modicidade tarifária.
- c) continuidade e confiança legítima.
- d) universalidade e regularidade.
- e) cortesia na sua prestação e modicidade de riscos.

33. João é ocupante de cargo efetivo na secretaria da fazenda de determinado Estado, tendo agido negligentemente na arrecadação de tributos. Neste caso, nos termos da Lei 8.429/1992, é correto afirmar que:

- a) João somente poderia responder pelo ato de improbidade caso houvesse atuado com dolo.
- b) João estaria sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até 10 anos.
- c) Ainda que fosse processado no bojo de ação oferecida pelo ministério público estadual, seria possível a celebração de acordo de não persecução cível em favor de João.
- d) A multa, caso aplicada judicialmente, só se efetivaria com o trânsito em julgado da sentença condenatória, por expressa disposição legal.
- e) As ações previstas na referida Lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício do cargo, sob pena de prescrição.

34. Marque a alternativa, à luz do texto constitucional, que menciona competência afeta ao Congresso Nacional:

- a) processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) exercer o controle externo com auxílio de um tribunal de contas, o qual consiste em órgão independente e autônomo.
- c) fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, à exceção daqueles relativos à administração indireta.
- d) anular atos vinculados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- e) julgar as contas prestadas por todos os gestores públicos federais.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

35. Com relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) *O error iuris* torna o negócio jurídico anulável, caso implique recusa à aplicação da lei.
- b) O dolo acidental é aquele que se apresenta como a causa determinante do negócio jurídico, ensejando como consequência o dever de reparar perdas e danos.
- c) O estado de perigo requer a presença do dolo de aproveitamento para que possa se configurar.
- d) O temor reverencial, se direcionado à pessoa do paciente, ou a alguém de sua família, implica coação, sendo apto a provocar anulabilidade.
- e) A ação pauliana pode ser proposta pelos credores quirografários anteriores ou posteriores à prática do ato fraudulento

36. Acerca da responsabilidade civil e da teoria do risco, assinale a alternativa correta.

- a) Simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- b) O estado de necessidade opera como causa excludente de ilicitude, e, portanto, afasta o dever de indenizar.
- c) A responsabilidade por coisas caídas de prédio é de caráter objetivo, de modo que se um vaso cair da varanda de apartamento alugado e porventura atingir alguém, o responsável será o dono da unidade imobiliária respectiva, sendo-lhe assegurado regresso contra o locatário.
- d) A empresa locadora de veículos não responde pelo dano causado a terceiro que tenha sido provocado por acidente envolvendo o uso do carro locado.
- e) A responsabilidade do empregador por atos do empregado é objetiva, e, portanto, prescinde da culpa do empregado.

37. Sobre direito patrimonial no casamento e direito das sucessões, assinale a alternativa correta.
- a) É nulo o pacto antenupcial se não for formalizado por escritura pública, e anulável se não lhe seguir o casamento.
 - b) No regime da comunhão parcial, consideram-se incomunicáveis os bens adquiridos por fato eventual durante o casamento.
 - c) De acordo com a jurisprudência do STJ, o regime da separação obrigatória requer a prova do esforço comum para que se possam partilhar entre os cônjuges os bens adquiridos na constância do casamento.
 - d) A sucessão testamentária exige que o herdeiro seja nascido, ou pelo menos concebido, à época da morte do testador.
 - e) O cônjuge casado em comunhão universal participa da herança quando em concorrência com os descendentes.

**DIREITO PENAL**

Renan Araujo

38. O art. 327 do Código Penal estabelece que se considera “funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública”.

Assim, é correto afirmar que se considera funcionário público para fins penais:

- a) o ocupante de cargo público, apenas
- b) o jurado, no Tribunal do Júri
- c) o empregado público, mas não o estagiário de órgão público
- d) o ocupante de cargo em comissão, mas não o empregado público
- e) o inventariante, mas não o tutor e o curador

39. José, auditor-fiscal de determinado município, ocupante de cargo em comissão, exige da empresa “BOLA NA REDE LTDA” o pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços), mesmo tendo pleno conhecimento de que tal empresa não exerce qualquer atividade sujeita à incidência do ISS.

José, nesse caso:

- a) praticou crime de excesso de exação, devendo sua pena ser aumentada em um terço
- b) praticou crime de excesso de exação, sem causa de aumento de pena
- c) praticou crime de concussão, sem causa de aumento de pena
- d) praticou crime de concussão, devendo sua pena ser aumentada em um terço
- e) praticou crime de prevaricação

40. Ciro, chefe de determinada repartição na Prefeitura de Vitória-ES, tomou conhecimento de que Lucas, seu subordinado, havia praticado falta funcional no exercício do cargo. Como não tinha atribuição para aplicar a penalidade a Lucas, Ciro não adotou qualquer providência, deixando, por indulgência, de comunicar o fato à autoridade competente:

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Ciro configura:

- a) crime de condescendência criminosa
- b) crime de corrupção passiva privilegiada
- c) crime de prevaricação imprópria
- d) crime de prevaricação
- e) fato atípico, já que não possuía atribuição legal para aplicar a penalidade.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio e Silvio

41. O Balanço Patrimonial de uma entidade apresentava, em 31/12/X0, os saldos a seguir.

- Crédito Fiscal: R\$ 30.000;
- Passivo contingente: R\$ 25.000;
- Empréstimo bancário: R\$ 50.000;
- Despesa antecipada de salários: R\$ 30.000;
- Fornecedores: R\$ 30.000;
- Provisões: R\$ 50.000;
- Disponibilidades: R\$ 68.000.

Com base nos saldos apresentados, assinale a opção que indica o valor do passivo da entidade, na data.

- a) R\$ 130.000
- b) R\$ 145.000
- c) R\$ 155.000
- d) R\$ 170.000
- e) R\$ 185.000

42. Um curso de inglês cobra de anuidade R\$ 3.600. Os alunos começam a frequentar as aulas no mês seguinte ao da matrícula e pagamento da anuidade. O curso começou o ano de 2020 com dez alunos ativos, que haviam iniciado as aulas em novembro do ano anterior. Além disso, no primeiro trimestre de 2020, 40 alunos se matricularam em janeiro, 50 alunos, em fevereiro, e, 20 alunos, em março.

Assinale a opção que indica a receita do curso no primeiro trimestre de 2020.

- a) R\$ 15.000.
- b) R\$ 33.000.
- c) R\$ 48.000.
- d) R\$ 54.000.
- e) R\$ 56.000.

43. Em 01/03/2018, uma empresa adquiriu computadores para utilizar em seu negócio, por R\$ 120.000. A empresa esperava utilizar os computadores durante cinco anos e doá-los a seus colaboradores. Em 31/12/2019, a empresa refez sua estimativa, pretendendo utilizar os computadores até 31/12/2021 e, depois, vendê-los por R\$ 16.000. Assinale a opção que indica o valor contábil dos computadores, evidenciado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020.

- a) R\$ 30.000
- b) R\$ 40.000
- c) R\$ 44.000
- d) R\$ 46.000
- e) R\$ 52.000

44. A empresa de medicamentos Pfizertudo adquiriu, pelo valor de \$ 5.000.000, um pesquisa em andamento da empresa silvovac. Sabe-se a que empresa silvovac havia gastado com a pesquisa \$ 3.000.000,00. O valor justo de um projeto de pesquisa similar no mercado é de 7.000.000,00.

Considerando as informações acima, a Pfizertudo deve classificar essa aquisição da seguinte forma:

- a) \$ 5.000.000,00 como despesa;
- b) \$ 5.000.000,00 como intangível;
- c) \$ 5.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como receita;
- d) \$ 5.000.000,00 como investimento e \$ 2.000.000,00 como goodwill;
- e) \$ 5.000.000,00 como intangível e \$ 2.000.000,00 como mais valia.

45. Em 02/01/2019, uma indústria adquiriu uma máquina por 100.000,00, que pretendia usar por 5 anos e depois doar.

Em 31/12/2019, a empresa fez um estudo e constatou que o valor gerado pelo uso da máquina seria 60.000,00 e caso vendesse obteria 70.000,00 sendo que para efetuar a venda teria um custo de 15.000.

No ano de 2020, houve uma procura muito grande por esse tipo de máquina e a empresa conseguiria, em 31/12/2020, vender por 85.000 e teria um custo com a venda de 15.000.

Assinale a opção que indica o valor contábil da máquina, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos.

- a) R\$ 60.000.
- b) R\$ 65.000.
- c) R\$ 75.000.
- d) R\$ 85.000.
- e) R\$ 100.000.

46. A Cia. Coruja vende sapatos. A sociedade empresária não é contribuinte do IPI, mas é contribuinte dos impostos estaduais e municipais.

Em 31/12/2020, ela apresentava os seguintes saldos:

- vendas brutas de vendas: R\$ 300.000;
- comissão de vendas: R\$ 30.000;
- devolução de vendas: R\$ 15.000;
- custo das mercadorias vendidas: R\$ 180.000;
- devolução de compras: R\$ 20.000;
- ajuste a valor presente de contas a pagar: R\$ 10.000;
- ajuste a valor presente de clientes: R\$ 18.000;
- ICMS sobre vendas: R\$ 60.000;
- IPI nas compras: R\$ 45.000;
- despesas com salários: R\$ 50.000;
- perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: R\$ 15.000;
- perdas com a redução do valor dos estoques: R\$ 6.000.

Com base nos dados acima, assinale a opção que indica o valor da Receita Líquida de Vendas da Cia. Coruja, em 31/12/2020.

- a) R\$ 24.000.
- b) R\$ 105.000.
- c) R\$ 176.000.
- d) R\$ 207.000.
- e) R\$ 225.000.

47. As contas integrantes do patrimônio líquido, evidenciadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido, podem sofrer variações por itens que afetam o patrimônio total e por itens que não o afetam.

Assinale a opção que apresenta um item que afeta o total do patrimônio líquido.

- a) Aumento de capital com utilização de lucros.
- b) Compensação de prejuízos com reservas.
- c) Gastos com emissão de ações.
- d) Reversão de reserva de contingência para a conta de Lucros Acumulados.
- e) Constituição da reserva legal

48. Uma empresa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	200.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>80.000</u>
Lucro Bruto	120.000
Despesas operacionais:	
Salários	- 30.000
Depreciação	- 20.000
perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	- 4.000
aluguel	- 12.000
Resultado de equivalência patrimonial	18.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Prejuízo na venda de máquina	<u>- 20.000</u>
LAIR	40.000
IRCS	<u>- 13.600</u>
Lucro Líquido	38.400

Assinale a opção que indica o Lucro Ajustado, evidenciado na Atividade Operacional da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

- a) R\$ 60.400
- b) R\$ 64.400
- c) R\$ 66.400
- d) R\$ 72.400
- e) R\$ 82.400

49. Uma empresa apresenta a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	500.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>- 200.000</u>
Lucro Bruto	300.000
Despesas operacionais:	
Depreciação	- 50.000
Salários (empregados próprios)	- 60.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Venda de carro	<u>20.000</u>
Receita antes do resultado financeiro	210.000
Despesas financeiras	<u>- 40.000</u>
LAIR	<u>170.000</u>
IRCS	<u>- 57.800</u>
Lucro Líquido	112.200

Em relação à Demonstração do Valor Adicionado da empresa, em 31/12/X0, assinale a afirmativa correta.

- a) O valor adicionado bruto é de R\$ 270.000.

- b) O valor adicionado a distribuir é de R\$ 230.000.
- c) O valor adicionado recebido em transferência é de R\$ 20.000.
- d) A remuneração de capital de terceiros é de 14,81% do valor adicionado a distribuir.
- e) A remuneração do capital próprio é de 66,0% do valor adicionado a distribuir.

50. Em 31/12/X0 a Cia. Bahia tinha 60% de participação da Cia. Vitória. Os balanços patrimoniais da Cia. Bahia e da Cia. Vitória, em 31/12/X0, eram os seguintes:

	Cia Bahia	Cia Vitória
Caixa	500	100
Investimentos	600	
Terrenos		1000
Ativo Total	1.100	1.100
Financiamentos		100
Capital Social	1.100	1.000
Passivo + PL	1.100	1.100

No ano X1 a Cia. Vitória vendeu o terreno para a Cia. Alfa por R\$ 1.500,00, a prazo.

Assinale a opção que indica o valor total do Patrimônio Líquido Consolidado, em 31/12/X1, considerando apenas essa operação.

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.200,00.
- c) R\$ 1.400,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.200,00.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

51. Julgue os itens a seguir, com base no disposto na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional (CTN) e na doutrina tributarista, indicando o correto.

- a) O princípio da transparência tributária, que consta insculpido na CF/88, tem por objetivo principal promover a transparência ao contribuinte quanto à carga tributária resultante da incidência de todos os tributos a que está submetido quando do consumo de mercadorias e serviços.
- b) A CF/88 prega que é vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Tal disposição é conhecida como vedação a instituição de isenções heterônomas e aplica-se apenas aos impostos.
- c) O princípio da uniformidade geográfica da tributação, que veda a instituição de tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que venha implicar em distinção em relação a outro ente federativo, em detrimento dos demais, aplica-se a União, Estados, DF e Municípios.
- d) O princípio da não discriminação baseada na procedência ou destino, tem o intuito de proibir que a União, os Estados, o DF e os Municípios criem diferenças tributárias em razão da procedência ou destino dos bens e serviços.
- e) Os empréstimos compulsórios, instituídos por lei complementar, são tributos que são excepcionados do princípio da anterioridade mitigada, no caso de instituição para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.

52. À luz do CTN e da CF/88, assinale a opção correta.

- a) É facultado ao Poder Executivo, de qualquer ente da federação, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos sobre produtos estrangeiros, sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b) O imposto de renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da uniformidade e da progressividade, na forma da lei
- c) A isenção ou não-incidência do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes e acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- d) A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos tributos já discriminados na Constituição.
- e) O imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, terá competência para sua instituição regulada por lei complementar se o donatário tiver domicílio ou residência no exterior.

53. Em relação ao que estabelece o Art. 156 da Constituição Federal, bem como à interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto ao poder de tributar do Município, analise as assertivas abaixo:

I - O ISS não incide sobre operações de industrialização por encomenda de embalagens, destinadas à integração ou utilização direta em processo subsequente de industrialização ou de circulação de mercadoria. Presentes os requisitos constitucionais e legais, incidirá o ICMS.

II - O STF assentou que os contratos de promessa constituem fato gerador para a incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

III - A Súmula Vinculante 31, que prega a inconstitucionalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS sobre operações de locação de bem, exonera a prestação de serviços concomitante à locação de bens móveis do pagamento do ISS. Se houver ao mesmo tempo locação de bem móvel e prestação de serviços, o ISS não incide.

Estão corretas:

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e III.
- e) apenas II e III.

54. A prescrição é a extinção do crédito tributário em decorrência da não propositura da ação de execução fiscal dentro do prazo estabelecido pelo CTN. Ela ocorre quando o crédito tributário está definitivamente constituído. Conforme jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa que indica corretamente quando se considera definitivamente constituído o crédito tributário nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação.

- a) Caso haja a entrega da declaração antes do vencimento do tributo, o prazo prescricional conta-se da data da entrega da declaração.
- b) Caso haja a entrega da declaração após o vencimento do tributo, o prazo prescricional conta-se da data do vencimento do tributo.

c) Caso haja a entrega da declaração antes do vencimento do tributo, o prazo decadencial conta-se da data do vencimento.

d) Caso haja a entrega da declaração antes do vencimento do tributo, o prazo prescricional conta-se da data do vencimento.

e) Caso haja a entrega da declaração após o vencimento do tributo, não há que se falar em prazo prescricional.

55. Determinado cidadão encontra-se na qualidade de sujeito passivo do Estado, na data de 10/06/2021, em relação aos seguintes tributos:

ITCMD – R\$ 900,00, na qualidade de responsável, com vencimento em 01/07/2017;

IPVA – R\$ 600,00, na qualidade de contribuinte, com vencimento em 01/07/2020;

Taxa – R\$ 800,00, na qualidade de responsável, com vencimento em 01/07/2017;

IPVA – R\$ 500,00, na qualidade de contribuinte, com vencimento em 01/07/2020;

ICMS – R\$ 700,00, na qualidade de contribuinte, com vencimento em 01/07/2021.

O contribuinte realiza um único pagamento. De acordo com as normas do CTN, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação em primeiro lugar para o seguinte crédito tributário:

a) ITCMD – R\$ 900,00, na qualidade de responsável, com vencimento em 01/07/2017;

b) IPVA – R\$ 600,00, na qualidade de contribuinte, com vencimento em 01/07/2020;

c) Taxa – R\$ 800,00, na qualidade de responsável, com vencimento em 01/07/2017;

d) IPVA – R\$ 500,00, na qualidade de contribuinte, com vencimento em 01/07/2020;

e) ICMS – R\$ 700,00, na qualidade de contribuinte, com vencimento em 01/07/2021.

56. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- II. Verifica-se o efeito retroativo do lançamento, quando ele se reporta à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e verifica-se a ultratividade da lei tributária, quando esse lançamento se rege pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- III. O lançamento pode ser revisto de ofício pela Fazenda Pública, quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária, enquanto não operado o prazo prescricional.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

57. Conforme a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências, assinale a alternativa incorreta.

- a) As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- b) Os convênios a que alude a Lei Complementar 24/75, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal.
- c) Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no Diário Oficial da União, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado.
- d) Salvo disposição em contrário, os convênios que entre si celebrem os Estados e o Distrito Federal, entrarão em vigor na data neles prevista.
- e) A inobservância dos dispositivos da Lei Complementar 24/75 acarretará, cumulativamente, a nulidade do ato e a ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria e a exigibilidade do imposto não pago ou devolvido e a ineficácia da lei ou ato que conceda remissão do débito correspondente.

58. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir. Está correto o que se afirma em:

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, mesmo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas. Essa responsabilidade, em relação aos fatos geradores ocorridos até a data da sucessão, se estende às multas de caráter moratório, contudo não engloba as multas punitivas.
- c) Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis os mandatários, prepostos e empregados.
- d) São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos os diretores, gerentes ou sócios quotistas de pessoas jurídicas de direito privado.
- e) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato integralmente ou subsidiariamente com o alienante, a depender das circunstâncias. Essa responsabilidade não se aplica na hipótese de alienação judicial em processo de falência. Contudo, a responsabilidade é atribuída, mesmo em processo de falência, quando o adquirente for parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido.

59. As opções a seguir apresentam os efeitos do depósito do montante integral do crédito tributário, em dinheiro, em juízo, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- b) Suspende o atingimento do crédito tributário pela prescrição.
- c) Tanto o depósito do montante integral, quanto o ajuizamento de ação judicial, com o intuito de discutir a legitimidade da cobrança que está sendo feita, impedem que a Fazenda prossiga com ação de execução fiscal.
- d) Não implica dispensa de cumprimento das obrigações acessórias.
- e) Em relação aos tributos lançados por homologação, o depósito judicial em dinheiro equivale ao recolhimento da exação tributária, ocorrendo o lançamento tácito.

60. Sobre as preferências do crédito tributário e a administração tributária, assinale a afirmativa correta.

- a) Na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios, a Fazenda Pública da União, poderá permitar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos.
- b) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, somente os créditos tributários vencidos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.
- c) Os créditos tributários exigíveis no curso do processo de liquidação de pessoas jurídicas de direito privado não possuem preferência absoluta em relação aos demais créditos exigíveis no decurso desse processo.
- d) Em matéria tributária, a extinção das obrigações do falido requer somente a prova de quitação de todos os impostos.
- e) É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, exceto quando versar sobre as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

61. Em relação às normas constitucionais relativas às contribuições especiais, examine as afirmativas a seguir.

I. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

II. Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas vinculados ao regime próprio de previdência poderá incidir

sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

III. As contribuições sociais poderão ter alíquotas ad valorem, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

62. Em relação às taxas e às contribuições de melhoria, examine as afirmativas a seguir, assinalando a correta.

- a) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva e potencial, de serviço público específico ou divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição
- b) Tanto as taxas, quanto as contribuições de melhoria são consideradas pela doutrina tributarista como tributos vinculados.
- c) Os serviços públicos consideram-se divisíveis, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas e específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- d) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite individual a despesa realizada e como limite total o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- e) A lei que instituir contribuição de melhoria, deverá publicar após a realização da obra, dentre outros elementos, o orçamento do custo da obra.

63. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

64. Giovane Casanova recebeu em seu domicílio tributário, eleito por ele na repartição fiscal competente, em 30/04/2020, uma linda quinta-feira, véspera do Dia do Trabalhador, feriado nacional, uma notificação de lançamento tributário, na qual consta o prazo de 30 dias para pagar ou impugnar o crédito tributário contra ele lançado.

Qual será a data limite para que Giovane Casanova realize o pagamento ou a impugnação?

- a) 29/05/2020
- b) 30/05/2020
- c) 31/05/2020
- d) 01/06/2020
- e) 02/06/2020

65. Sobre o Simples Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não há ofensa ao princípio da isonomia tributária se a lei, por motivos extrafiscais, imprime tratamento desigual a microempresas e empresas de pequeno porte de capacidade contributiva distinta.
- b) Descontos incondicionais concedidos não fazem parte do conceito de receita bruta disciplinado na LC 123/06.
- c) Empresas optantes pelo regime de tributação do Simples Nacional não podem fazer a apropriação de créditos tributários do ICMS.
- d) Objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social, nas contratações públicas da

administração direta e indireta, autárquica e fundacional, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 85.000,00.

- e) A microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional deverá apresentar anualmente à Secretaria da Receita Federal do Brasil declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Eduardo da Rocha

66. Acerca do Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), indique a alternativa que não constitui necessariamente uma hipótese de incidência.

- a) Prestação de serviço de comunicação.
- b) Prestação de serviço de transporte interestadual.
- c) Prestação de serviço de transporte intermunicipal de bens.
- d) Saída de mercadoria de estabelecimento, por venda, a consumidor final.
- e) Prestação de serviço de transporte interestadual de pessoas.

67. Determinado contribuinte industrial localizado em São Paulo efetuou as seguintes operações em determinado período fiscal:

- 1) Recebimento de material de uso/consumo, com ICMS destacado no valor de R\$ 1.000.
- 2) Venda de mercadoria de fabricação própria por R\$ 10.000 para contribuinte localizado no Estado do Espírito Santo.
- 3) Aquisição de matéria-prima com ICMS destacado no valor de R\$ 30.000 para fabricação de mercadorias que saem com isenção do imposto, sendo essa situação inicialmente desconhecida.
- 4) Recebimento de energia elétrica com ICMS destacado no valor de R\$ 10.000, sendo que 50% da energia foi utilizada no parque industrial e a outra metade em atividades administrativas.
- 5) Jogou fora metade do material de uso e consumo recebido no mês uma vez que a mercadoria pereceu.
- 6) Houve extravio de 20% da matéria-prima adquirida.
- 7) Venda de R\$ 10.000 em mercadoria importada sem similar nacional para revendedor no Rio de Janeiro.
- 8) Venda de R\$ 10.000 em mercadoria importada com similar nacional e não produzida de acordo com os processos produtivos básicos para revendedor na Bahia.

De posse das informações acima, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I - O contribuinte pode se creditar do ICMS da aquisição de matéria-prima, mas não do ICMS referente ao recebimento de material de uso/consumo.

II - A energia elétrica adquirida dá direito a crédito em sua totalidade, por se tratar de um estabelecimento industrial.

III - O contribuinte deve estornar crédito referente às mercadorias de uso e consumo que pereceram.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão incorretos.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Todos os itens estão incorretos.
- e) Somente os itens I e III estão corretos.

68. De acordo com a lei 7.000/01, que institui o ICMS no Estado do Espírito Santo, o momento da ocorrência do fato gerador do imposto é,

- a) o fornecimento de alimentação, bebidas, nos casos em que um cidadão realize uma refeição em um restaurante.
- b) o ato final da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza.
- c) a entrada no território do Espírito Santo, procedente de outra Unidade da Federação, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando não destinados à comercialização ou industrialização.
- d) o desembarço aduaneiro das mercadorias ou bens importados do exterior.
- e) a entrada no estabelecimento de contribuinte de mercadoria, oriunda de outro Estado, ou do Distrito Federal, destinada a consumo ou a ativo fixo.

69. Acerca do ICMS julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - O ICMS não incide sobre o ouro.
II - O ICMS incide sobre fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

III - A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais sempre dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Todos os itens estão incorretos.
- e) Somente os itens I e III estão corretos.

70. De acordo com a lei 7.000/01, o local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

- a) tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, a repartição aduaneira.
- b) o da captura de peixes, crustáceos e moluscos.
- c) tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação, onde seja prestado o serviço, quando for pago através de ficha, cartão ou assemelhados.
- d) tratando-se de mercadoria ou bem, o do estabelecimento onde se encontre, no momento do pagamento do imposto.
- e) tratando-se de mercadoria ou bem, onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea.

71. A lei do ICMS no Estado do Espírito Santo, em seu art. 45, traz diversos dispositivos sobre o estabelecimento. Sobre o tema, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I - Estabelecimento é o local, desde que privado e edificado, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exercam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

II - Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, no Espírito Santo, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, ainda que para retornar ao estabelecimento remetente.

III - Considera-se depósito fechado, o estabelecimento que o contribuinte mantenha para armazenamento suas mercadorias e mercadorias de terceiros.

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens II e III estão corretos.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Todos os itens estão incorretos.
- e) Somente os itens I e III estão corretos.

72. O sujeito passivo não deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

- a) for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- b) for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto.
- c) for objeto de saída for objeto de saída ou prestação de serviço com alíquota inferior à alíquota de entrada, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.
- d) vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- e) vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

73. De acordo com a lei 7.000/01, o sujeito passivo tem direito à restituição total ou parcial do imposto, nos seguintes casos, exceto:

- a) pagamento antecipado do imposto, em decorrência do regime de substituição tributária, caso o fato gerador presumido ter se realizado com base de cálculo inferior ao que serviu para cálculo e recolhimento do imposto.
- b) cobrança ou pagamento espontâneo de importânciade indevida ou maior que a devida.
- c) erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração de documentos relativos ao pagamento.
- d) reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.
- e) pagamento antecipado do imposto, em decorrência do regime de substituição tributária, caso não se efetive o fato gerador presumido.

74. De acordo com a lei 7.000/01, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I - A consulta não suspende o curso do prazo para pagamento do tributo, em relação ao fato sobre que se pede interpretação da legislação aplicável.

II - É vedado ao contribuinte o aproveitamento do crédito objeto da consulta, antes do recebimento da resposta.

III - O consultante adotará o entendimento contido na resposta dentro do prazo de 10 dias, contados do seu recebimento.

IV - Todo aquele que tiver legítimo interesse poderá formular consulta sobre interpretação e aplicação da legislação de regência do imposto.

a) Há 3 itens corretos.

b) Há 2 itens corretos.

c) Todos os itens estão corretos

d) Há 1 item corretos.

e) Nenhum item está correto.

75. Acerca da fiscalização do ICMS, julgue os itens e marque a opção correta.

I - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, mediante intimação escrita, são obrigados a prestar aos agentes fiscalizadores todas as informações de que disponham com relação às mercadorias, negócios ou atividades de terceiros.

II - Devido ao sigilo bancário, as administradoras de cartões de crédito não deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares.

III - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas naturais ou jurídicas, desde que contribuintes, que estiverem obrigadas ao cumprimento das disposições da legislação de regência do imposto, bem como em relação às que gozarem de imunidade ou de isenção.

a) Somente os itens I e II estão incorretos.

b) Somente os itens I e III estão corretos.

c) Todos os itens estão corretos.

d) Todos os itens estão incorretos.

e) Somente os itens II e III estão incorretos.

76. Inicia-se a fase litigiosa no Processo Tributário Administrativo com o/a:

a) Apreensão de bens.

b) Lavratura do termo de início de fiscalização.

c) Lavratura de auto de infração.

d) Comunicação de indícios de divergências ou inconsistências encontradas na base de dados da Sefaz.

e) Apresentação de impugnação.

77. Acerca das modalidades de intimação, com base na lei 7.000/01, assinale a opção correta.

a) A intimação poderá ser feita por Edital, publicado no Diário Oficial do Estado, considerando-se realizada a intimação 15 dias após a publicação do Edital.

b) A intimação poderá ser feita por via postal ou por termo lavrado no livro fiscal do contribuinte, sem ordem de preferência, e apenas na impossibilidade de utilizar esses meios, por meio eletrônico, via DT-e..

c) A intimação poderá ser feita por meio eletrônico, considerando-se efetuada na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no DT-e, se ocorrida em até 10 dias.

d) A intimação pode ser feita por telefone, considerando-se feita no dia em que foi feita a ligação.

e) Considera-se feita a intimação na data do recebimento do AR, por via postal; se a data for omitida, considera feita a intimação na data da devolução, à repartição, pelo agente dos correios.

78. A respeito do imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direito - ITCMD, é incorreto afirmar que:

- a) o ITCMD é exigível também no caso de morte presumida.
- b) os direitos reais de garantia não se sujeitam ao ITCMD.
- c) o ITCMD relativo a bens imóveis e respectivos direitos é devido ao Estado de sua situação, exceto quando se tratar se inventário extrajudicial.
- d) o ITCMD relativo a bens móveis, títulos e créditos é devido ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou onde tiver domicílio o doador.
- e) o ITCMD alcança a doação, ainda que a título de antecipação da legítima.

79. Assinale uma transmissão que está amparada por não incidência do ITCMD, segundo a lei capixaba.

- a) na extinção de usufruto ou de qualquer outro direito real que resulte na consolidação da propriedade plena.
- b) transmissão causa mortis de depósitos bancários e aplicações financeiras, até o limite de dez mil VRTEs.
- c) transmissão em que o herdeiro ou legatário renuncie à herança ou legado, quando feita com ressalva ou condição e em que não tenha o renunciante praticado qualquer ato que demonstre aceitação da herança ou legado.
- d) transmissão causa mortis de bens móveis e imóveis, títulos e créditos, bem como direitos a eles relativos, decorrentes da extinção do usufruto, quando o nu-proprietário tiver sido o instituidor.
- e) transmissão em que figure como doador um partido político.

80. No Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado do Espírito Santo (Lei Complementar Estadual nº 884/2018), consta como obrigação do contribuinte:

- a) apresentar, quando solicitado e no prazo estabelecido pelo Auditor Fiscal, bens, mercadorias, informações, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos.

- b) aguardar que a fiscalização o intime para atualizar seus dados cadastrais, quando então, deverá fazê-lo.
- c) manter em ordem, pelo prazo de 3 anos, a sua escrita contábil e fiscal, livros, impressos, registros eletrônicos e demais documentos relacionados ao cumprimento de sua obrigação tributária.
- d) identificar-se sempre pessoalmente nas repartições administrativas e nas ações fiscais, não podendo fazê-lo através de representante.
- e) disponibilizar local adequado em seu estabelecimento, para a execução dos procedimentos de fiscalização.

CONTABILIDADE AVANÇADA

Gilmar Possati

81. A empresa Audazes & Furiosos S.A. resolveu expandir suas atividades e, dentro desse processo, houve necessidade de adquirir novos computadores. Nesse sentido, a empresa realizou os seguintes gastos:

- R\$ 150.000,00 com a aquisição de novos computadores;
- R\$ 2.500,00 com fretes para transportes até à sede da empresa;
- R\$ 500,00 com seguros do transporte dos computadores;
- R\$ 18.000,00 com programas essenciais para o funcionamento dos computadores;
- R\$ 3.000,00 com treinamentos de colaboradores.

Com base somente nessas informações, desconsiderando qualquer efeito tributário nessa operação, o valor reconhecido como ativo imobilizado pela empresa foi:

- a) R\$ 172.000,00
- b) R\$ 175.000,00
- c) R\$ 171.000,00
- d) R\$ 174.000,00
- e) R\$ 168.000,00

82. Em 01/06/2021 a Cia Audazes efetuou uma aplicação financeira no valor de R\$ 5.000,00 que remunerava a uma taxa de 2% ao mês. Na oportunidade, a empresa classificou essa aplicação como “Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado”. Ao final do mês de junho de 2021, o valor Justo do título era de R\$ 5.200,00.

Considerando as informações apresentadas, pode-se afirmar que houve, ao final do mês de junho de 2021, um impacto no resultado do exercício de

- a) R\$ 100,00, positivo
- b) R\$ 200,00, positivo
- c) R\$ 100,00, negativo
- d) R\$ 300,00, positivo
- e) R\$ 200,00, negativo

83. O CPC 24 - Evento Subsequente estabelece quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos posteriores ao período contábil a que se refere as demonstrações. Com base nesse Pronunciamento, são eventos subsequentes que não originam ajustes nas demonstrações contábeis, exceto:

- a) Descoberta de fraude ou erros que mostram que as demonstrações contábeis estavam incorretas.
- b) Alterações extraordinariamente grandes nos preços dos ativos ou nas taxas de câmbio após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.
- c) Alteração de uma mudança significativa na tributação incidente na entidade.
- d) Destrução por incêndio de instalação de produção importante após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.
- e) falência de cliente ocorrida após o período contábil.

84. A sociedade empresária Audaz Coruja S.A. possui em seu balanço patrimonial, no ativo imobilizado, ao fim de 31/12/2019, um valor líquido de R\$ 675.000,00, conforme composição abaixo:

- Custo de Aquisição: R\$ 850.000,00.
- Perda por desvalorização: R\$ 175.000,00.

Ao fim do exercício de 2020, a empresa realizou o teste de recuperabilidade para o imobilizado, obtendo as seguintes informações:

- Valor de uso: R\$ 900.000,00.
- Valor justo líquido: R\$ 880.000,00.

Considerando somente essas informações e o disposto no CPC 01 – Redução ao valor recuperável dos ativos, a sociedade empresária Audaz Coruja S.A deverá:

- a) Reconhecer um ganho no resultado em 2020, de R\$ 225.000,00
- b) Manter em seu balanço, no ativo imobilizado, o valor de R\$ 675.000,00.
- c) Reconhecer um ganho no resultado em 2020, de R\$ 175.000,00.
- d) Reconhecer um ganho no resultado em 2020, de R\$ 205.000,00.
- e) Manter em seu balanço, no ativo imobilizado, o valor de R\$ 850.000,00.

85. Uma empresa do ramo agropecuário realizou um contrato de arrendamento mercantil para a utilização de um maquinário agrícola. O contrato teve início em 01/12/2020 para ser pago em 24 parcelas mensais de R\$ 16.064,00 e uma parcela adicional de R\$ 34.000,00 para ser paga juntamente com a parcela do último mês. As demais informações do contrato são as seguintes:

- Valor presente das parcelas em 01/12/2020: R\$ 350.000,00
 - Valor Justo do maquinário agrícola em 01/12/2020: R\$ 400.000,00
 - Taxa implícita de juros do contrato: 1,1% ao mês
- Sabe-se que a empresa adota o método linear para cálculo da depreciação e, para tanto, possui as seguintes estimativas:
- Vida útil do maquinário para a empresa: 6 anos
 - Valor residual esperado de venda do equipamento pela empresa: R\$ 114.200,00

Considerando-se as informações acima, o valor que irá afetar o resultado da empresa ao final do ano de 2020 será:

- a) R\$ 6.775,00
- b) R\$ 7.125,00
- c) R\$ 7.623,90
- d) R\$ 8.010,00
- e) R\$ 7.675,00

86. De acordo com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, analise as assertivas:

- I – Mudanças em estimativas contábeis devem ser reconhecidas retrospectivamente.
- II – Erros materiais descobertos no período corrente devem ser corrigidos antes de as demonstrações contábeis serem autorizadas para publicação.
- III – Um erro de período anterior deve ser corrigido por reapresentação retrospectiva, salvo quando for impraticável determinar os efeitos específicos do período ou o efeito cumulativo do erro.

Está(ão) correta(s):

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.

- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Luciano Rosa

87. O setor de produção da Cia. Corujão apresentava os seguintes saldos em 31/12/2020:

	em Reais
Estoque de matéria prima em 31/12/2019	150
Estoque de matéria prima em 31/12/2020	110
Estoque de produtos em processo em 31/12/2019	230
Estoque de produtos em processo em 31/12/2020	140
Estoque de produtos acabados em 31/12/2019	80
Estoque de produtos acabados em 31/12/2020	220
Compra de matéria prima	350
Mão de obra direta	280
Salários dos supervisores	410
Depreciação da fábrica	140
Aluguel da fábrica	70

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o custo dos produtos fabricados em 2020.

- a) R\$ 1.240,00.
- b) R\$ 1.290,00.
- c) R\$ 1.380,00.
- d) R\$ 1.470,00.
- e) R\$ 1.520,00.

88. A tabela abaixo apresenta a estrutura de custos resumida da Editora Voa Coruja Ltda, que produz dois produtos, C1 e C2.

CUSTOS	C1	C2
Custo de matéria-prima	R\$70.000	R\$40.000
Quantidade produzida	5000	5000
Custo de mão de obra direta	R\$18.000,00	
Custo de mão de obra indireta	R\$42.000,00	
Depreciação	R\$24.000,00	
Outros custos fixos indiretos	R\$17.000,00	

Considere os custos de depreciação como indiretos.

Usando como critério de rateio o volume de produção total, os custos unitários de C1 e de C2 são, respectivamente:

- a) R\$18,10 e R\$18,10;
- b) R\$15,50 e R\$10,05;
- c) R\$20,50 e R\$6,00;
- d) R\$20,50 e R\$18,10;
- e) R\$24,10 e R\$18,10.

89. A empresa KLR Ltda vendia apenas o produto A. O preço de venda de A era de R\$ 250, sendo que a loja pagava aos vendedores uma comissão de 10% do preço. Além disso, seu custo variável unitário era de R\$ 75.

No mês de novembro de 2020, os gastos fixos da loja foram de R\$ 523.500, sendo que nesses estava incluída a despesa de depreciação de R\$ 60.000.

Assinale a opção que indica o ponto de equilíbrio financeiro da loja.

- a) 1.300 unidades.
- b) 2.160 unidades.
- c) 2.860 unidades.
- d) 3.090 unidades.
- e) 3.190 unidades.

90. A Empresa Fiquencasa Ltda apresentou as seguintes contas em novembro de 2020:

CONTA	VALOR
Aluguel da fábrica	280
Armazenagem de produtos acabados	160
Comissão sobre vendas	220
Energia elétrica da indústria	180
Juros sobre empréstimos	160
Mão de obra direta	150
Matéria prima	120
Perdas com matérias primas extraviadas	190
Salário supervisor da fábrica	220
Fretes sobre vendas	90

A empresa Fiquencasa produziu em novembro 100 unidades de um produto e vendeu apenas 90. Sabendo-se que os gastos incorridos são os apresentados no texto, o custo dos produtos vendidos por meio do sistema de custeio por absorção corresponde a:

- a) 805
- b) 855
- c) 895
- d) 955
- e) 985

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APlicada à AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Raphael Lacerda

91. Mps.br 2021 divide os processos em duas categorias: projeto e organizacionais. Assinale a alternativa que indica um processo organizacional.

- a) Engenharia de Requisitos
- b) Integração de Produto
- c) Verificação e Validação
- d) Medição
- e) Gerência de Projetos

92. Normalmente os métodos de criptografia são divididos em chave simétrica e assimétrica. Assinale abaixo um algoritmo que utiliza chave assimétrica.

- a) RC 4
- b) RSA
- c) DES
- d) AES
- e) SHA 512

93. A respeito do Cobit 5, todos os habilitadores possuem um conjunto de dimensões comuns. Um exemplo de dimensão é definido por:

- a) Cultura Organizacional
- b) Princípios, políticas e frameworks
- c) Processos
- d) Pessoas
- e) Partes Interessadas

94. Segundo o CMMI 1.3, na representação por estágios, o nível de maturidade no qual os processos são planejados e executados porém de maneira ainda reativa e não proativa, sem seguir ainda uma biblioteca de padrões, é caracterizado pelo nível

- a) nível 0 - Incompleto
- b) nível 1 - Inicial
- c) nível 2 - gerenciado
- d) nível 3 - definido
- e) nível 4 - previsível

95. Para calcular o tamanho do projeto de software, uma equipe usou a análise de ponto de função. O projeto contém as especificações da tabela seguinte.

função	complexidade	quantidade
consultas externas (CE)	baixa	3
arquivos de interface externa (AIE)	média	1
entradas externas (EE)	alta	2
arquivos lógicos internos (ALI)	alta	3

O tamanho total do projeto é

- a) 72
- b) 21
- c) 52

- d) 55
- e) 73

96. O Scrum é uma framework ágil para auxiliar no desenvolvimento de produtos complexos. Um de seus artefatos é o *Sprint Backlog*, que deve ser gerenciado e organizado por:

- a) Product Owner
- b) Scrum Master
- c) Time Scrum
- d) Time de Desenvolvimento
- e) Patrocinador

97. Em uma tabela de um banco de dados chamada de **PESSOA** existem os seguintes registros:

Paula

Raphael

Rosana

Matheus

Guilherme

Henrique

O campo que guarda esses valores é definido como **nome**. Para trazer somente os registros que tenham letra 'a' na segunda posição, a consulta SQL correta é:

- a) SELECT * FROM PESSOA WHERE nome like '_a%';
- b) SELECT * FROM PESSOA WHERE nome BEGINS WITH 'a' AND LENGTH>=2;
- c) SELECT * FROM PESSOA WHERE nome HAS 'a' AND LENGTH>=2;
- d) SELECT * FROM PESSOA WHERE nome like '_a';
- e) SELECT * FROM PESSOA WHERE nome like '%a%';

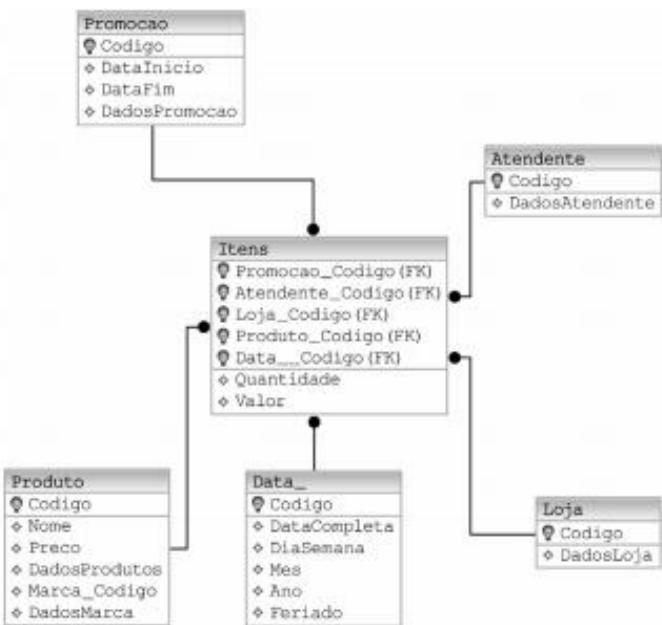
98. Sobre o CRISP-DM, assinale a opção correta:

- a) É uma metodologia proprietária, baseada em 6 fases, entre elas a Business Understanding e Data Understanding, com o objetivo de implantar um projeto de data mining.
- b) É uma suíte de ferramentas proprietárias que vem se tornando um padrão da indústria para mineração de dados.
- c) A verificação da qualidade dos dados é uma atividade da fase de entendimento dos dados.
- d) Possui um ciclo de vida linear, sequencial, onde a etapa posterior depende da etapa anterior ter sido finalizada.
- e) Na fase de implantação é realizado um inventário de requisitos e levantamento de recursos.

99. Sobre banco de dados relacionais, marque a alternativa **incorreta**

- a) Índices são estruturas que possuem algoritmos otimizados para acessar dados.
- b) Quando colunas indexadas são modificadas, o SGBD desloca recurso internamente para manter esses índices atualizados e associados.
- c) A manutenção de índices requer tempo e recursos, portanto não devem ser criados sem necessidade.
- d) A modelagem relacional preocupa-se mais com a normalização de dados do que a modelagem multidimensional.
- e) A normalização em bancos de dados relacionais é utilizada para minimizar os danos devido à saturação de índices.

Use o modelo abaixo para responder à questão 100



100 - Marque a alternativa correta.

- a) O campo código na tabela de Produto é um atributo multivvalorado.
- b) A tabela Loja é uma tabela associativa.
- c) No modelo proposto há apenas uma tabela que possui chave primária composta
- d) O modelo apresentado é originado a partir da modelagem física.
- e) Não há indicação de chave primária no modelo.

AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Guilherme Sant'Anna

101. O ceticismo profissional inclui estar alerta às seguintes situações, COM EXCEÇÃO de:

- a) evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas
- b) informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria
- c) condições que possam indicar possível fraude
- d) circunstâncias que sugeram a necessidade de procedimentos de auditoria além dos exigidos pelas normas
- e) decisões sobre materialidade e risco de auditoria

102. Assinale a assertiva INCORRETA acerca da evidência de auditoria:

- a) A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria.
- b) Além de obtida a partir dos procedimentos aplicados, a evidência também pode incluir informações obtidas de outras fontes, como auditorias anteriores, contanto que o auditor tenha determinado se ocorreram mudanças desde a auditoria anterior que possam afetar a sua relevância para a auditoria corrente, ou procedimentos de controle de qualidade para aceitação e continuidade de clientes.
- c) As evidências de auditoria abrangem informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração, não se incluindo informações que contradizem tais afirmações.
- d) As informações que possam ser usadas como evidências de auditoria podem ter sido elaboradas por especialista empregado ou contratado pela entidade.
- e) Em alguns casos, a ausência de informações (por exemplo, a recusa da administração de fornecer uma representação solicitada) é usada pelo auditor e, portanto, também constitui evidência de auditoria.

103. Qual dos elementos a seguir deve ser considerado pela auditoria interna ao planejar seus trabalhos:

- a) O uso do trabalho de especialistas
- b) A extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.
- c) Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- d) Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria.
- e) Os riscos associados aos fatos constatados

104. O processo de obtenção e avaliação das informações compreende a obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, devendo ser observado, corretamente, que:

- a) a informação suficiente é aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno
- b) a informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna
- c) a informação relevante é a que dá suporte às conclusões da Auditoria Interna
- d) a informação fidedigna é a que fornece uma base sólida para as recomendações da Auditoria Interna
- e) a informação útil é a que auxilia a entidade a atingir suas metas

105. Ao definir a estratégia global, o auditor deve, EXCETO:

- a) identificar as características do trabalho para definir o seu alcance
- b) considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria, desconsiderando outros trabalhos realizados pelo sócio do trabalho para a entidade
- c) considerar os fatores que no julgamento profissional do auditor são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho
- d) definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas
- e) determinar a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho

106. O sistema de controle de qualidade da auditoria inclui políticas e procedimentos que tratam dos seguintes elementos, COM EXCEÇÃO de:

- a) Competência e zelo profissional
- b) responsabilidades da liderança pela qualidade na firma
- c) exigências éticas relevantes
- d) aceitação e continuidade de relacionamentos com clientes e trabalhos específicos
- e) recursos humanos

107. Qual dos procedimentos a seguir é limitado ao ponto do tempo em que é aplicado:

- a) Inspeção
- b) Circularização
- c) Revisão analítica
- d) Observação
- e) Recálculo

108. Qual dos métodos a seguir NÃO é um método válido para selecionar amostras:

- a) Seleção aleatória
- b) Seleção sistemática
- c) Seleção natural
- d) Seleção ao acaso
- e) Seleção de bloco

109. Qual o bloco da EFD que registra a apuração do ICMS:

- a) Bloco 0
- b) Bloco B
- c) Bloco C
- d) Bloco D
- e) Bloco E

110. Qual das finalidades a seguir não é própria da auditoria no imobilizado:

- a) determinar sua existência física e a permanência em uso
- b) determinar se todas as receitas, custos e despesas atribuídos ao período estão devidamente comprovados e contabilizados
- c) determinar se foram utilizados os princípios de contabilidade geralmente aceitos, em bases uniformes
- d) determinar se o imobilizado não contém despesas capitalizadas e, por outro lado, a despesa não contém itens capitalizáveis
- e) determinar se os bens do imobilizado foram adequadamente depreciados e corrigidos monetariamente em bases aceitáveis

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-ES-26-06>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia
Concursos